

**GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME
De Recurso**

POLÍTICAS FISCAIS E GOVERNAÇÃO GLOBAL

14 de fevereiro de 2024 / Duração: 90 m

Regência: Prof.^a Doutora Paula Rosado Pereira

Responda a 3 (e apenas 3) das perguntas colocadas infra.

- Leia com atenção as questões suscitadas e responda ao que é solicitado, abarcando todos os aspetos relevantes e aprofundando os temas.
- Seja claro, preciso e rigoroso nas suas respostas. Articule bem o seu raciocínio. Tenha em conta que se trata de um texto académico.
- Fundamente a sua análise, invocando as fontes de Direito pertinentes (tratados, convenções, diretivas, propostas de diretiva, relatórios internacionais, legislação interna, etc.).

1

Assimetrias híbridas - Explique em que consistem e quais as medidas fiscais já propostas e/ou implementadas no plano internacional para a resolução do problema.

Aborde o conceito de assimetrias híbridas, associando-o às diferenças de qualificação jurídica e de tratamento fiscal que estão na sua origem. Indicar os vários tipos de assimetrias híbridas. Explicar a forma como as assimetrias híbridas são utilizadas para efeitos de elisão fiscal.

Quanto às grandes linhas de resolução do problema já implementadas a nível internacional, indicar a forma como o Projeto BEPS e as Diretivas ATAD 1 e 2 (especialmente esta última) procuram combater a utilização das assimetrias híbridas com intuítos de elisão fiscal. Comentar as principais medidas previstas nos referidos instrumentos.

2

Uma das grandes causas de erosão da base tributária dos Estados é a fragmentação artificial de operações das empresas multinacionais.

Comente este tema, explicando em que consiste o problema e identificando algumas das medidas já tomadas para a respetiva resolução, a nível internacional.

A fragmentação artificial de operações das empresas multinacionais ocorre no âmbito de estratégias de planeamento fiscal agressivo, nas quais empresas ou grupos empresariais multinacionais dividem as suas atividades económicas em porções de atividade suscetíveis de serem classificadas - cada uma delas, tomada isoladamente – como atividades preparatórias ou auxiliares, cujo exercício não determinaria a existência de um estabelecimento estável no Estado onde se localiza a atividade.

Na revisão de 2017 do MC OCDE foi incluída uma regra anti fragmentação (prevista no novo n.º 4.1 do artigo 5.º). Explique os seus contornos, a forma como esta norma procura impedir que as empresas beneficiem indevidamente do regime previsto no n.º 4 do artigo 5.º do MC OCDE e como tenta obstar à erosão artificiosa do conceito de estabelecimento estável.

Refira o papel da Convenção Multilateral na prevenção da erosão artificiosa do conceito de estabelecimento estável e articule-o com a questão da fragmentação artificial de operações das empresas multinacionais.

3

Explique quais são as características fundamentais da economia digital e quais os principais problemas por elas suscitados ao nível da tributação do rendimento.

Seja preciso na sua resposta.

Caracterizar a economia digital, referindo-se, designadamente, aos seguintes aspetos: o desenvolvimento de atividades económicas sem necessidade de presença física no território onde são desenvolvidas; a predominância do valor dos elementos intangíveis do negócio; o valor dos dados, que podem ser transacionados autonomamente; os serviços prestados à distância; a venda de bens sem existência física; a relevância das plataformas digitais.

Comentar o modo como a economia digital facilita grandemente o desenvolvimento de negócios no território de um Estado sem que nele se materializem os elementos de conexão tradicionais (fonte e residência) e sem que estejam preenchidas as condições para se entender existir um estabelecimento estável (a instalação física e a presença de um agente dependente com determinados poderes).

Explicar porque é que no âmbito da economia digital, e sobretudo nos modelos de negócio mais desmaterializados, se torna difícil, em muitos casos: detetar a existência de um rendimento; (mesmo percebendo a sua existência) subsumi-lo às regras de incidência objetiva e subjetiva em vigor; determinar a ocorrência de um facto tributário; quantificar o rendimento tributável, etc.

Convenção Multilateral - Pronuncie-se sobre as origens, os objetivos e a importância da Convenção Multilateral. Efetue também uma apreciação crítica relativamente ao efeito prático desta Convenção, aludindo tanto ao seu potencial como às suas fragilidades.

Relativamente às origens e importância da Convenção Multilateral, importa enquadrá-la no âmbito do Projeto BEPS, salientando a importância dos seus objetivos.

Referir o papel da Convenção Multilateral, na atualização “automática” das CDTs (especialmente das mais antigas), dotando-as de instrumentos de prevenção e combate em relação à erosão da base tributária e à transferência de lucros – instrumentos esses que são o expoente fundamental do novo DFI.

Abordar a importância prática desse processo de atualização e aludir a algumas das regras mais importantes da Convenção Multilateral.

Apreciação crítica relativamente ao efeito prático da Convenção multilateral:

Referir os problemas decorrentes da flexibilidade do instrumento (v.g. reservas dos Estados ou escolha de opções incompatíveis entre si, que podem impedir o alcance das finalidades pretendidas). Referir também a grande complexidade técnica do instrumento e as dificuldades que se esperam ao nível da sua aplicação, designadamente por causa da inexistência de uma republicação oficial do texto das CDTs abrangidas, já com as alterações trazidas pela Convenção Multilateral.

Cotação: 6 valores cada pergunta; 2 valores para ponderação global da clareza do estilo de escrita e da estruturação do discurso.